

Cobrado sobre excesso de RNs durante congresso da Abramge, André Longo renovou compromisso e diz que Conselho Diretor da agência trabalha para reduzir e simplificar exigências

Por Marcelo Vieira

“Entendemos que a agenda da agência para 2013 e 2014, que tinha a consolidação regulatória como um dos seus principais objetivos, não foi cumprida pela ANS”, ponderou em tom de cobrança o presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Medicina de Grupo (Sinamge), Cyro Alves de Britto Filho, diante do próprio diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar, André Longo. Os números bastante detalhados apresentados pelo neurocirurgião à plateia do **19º Congresso da Associação Brasileira de Medicinas de Grupo** (Abramge) ressaltaram uma reclamação frequente do setor: a quantidade de normas editados por governo e órgãos reguladores é excessiva.

Britto Filho fez uma cobrança ampla e bastante detalhada, que incluiu ainda regras mais claras para a suspensão da venda de planos e a redução da intervenção da ANS sobre as negociações entre operadoras e prestadores de serviço. Mas, sem dúvida, a grande força estava no argumento de que a agência edita regras demais. “É evidente que ninguém consegue cumprir tudo”, admitiu Arlindo de Almeida, presidente da Abramge. “A intenção é que a gente tenha uma simplificação para que todo mundo pelo menos entenda [todas as normas].”

Em tom de quem sabia que seria sabatinado, Longo fez sua *mea culpa* com bom humor, defendendo não só sua atuação na presidência da ANS, mas também fazendo promessas. “Estamos trabalhando nisso”, disse a respeito de uma consolidação das resoluções normativas da agência. “Mas não posso dizer que vou terminar isso antes de dezembro.”

Segundo o diretor-presidente, há um compromisso entre os membros da diretoria colegiada da ANS com a consolidação das normas. “Ao menos durante a minha gestão, vocês puderam notar, houve uma redução perceptível da edição de RNs”, disse, ao explicar que um dos principais eixos de sua atuação é melhorar o que ele chamou de “governança regulatória”, ou seja, a capacidade de a agência não só criar regras mais claras e em menor quantidade, mas também de fazê-las cumprir, “fiscalizar melhor o mercado”.

“Estamos completando 17 anos desde a 9656 [lei de 1998 que regulamenta planos e seguros privados de saúde, além da criação da ANS] e 15 anos da criação da ANS. Mas é um setor que tem mais de 60 anos no Brasil, então nossa função é regular algo que já existia. É um desafio fazer a regulamentação de um setor tão complexo”, disse Longo. No entanto, fez questão de ressaltar que, apesar do esforço na redução do número de normativas, o papel fundamental é “a compreensão dos beneficiários sobre quais são seus direitos”.

Disse ainda, ao responder perguntas dos participantes do congresso, que a agência está preocupada com a redução da oferta de planos de saúde individuais, mesmo sabendo que “é impossível para o setor alcançar o nível de individualização esperado por alguns consumidores”.

Fonte: [Saúde Business 365](#), em 05.09.2014.